



Ata nº 040 da Sessão Ordinária nº 040, de
08 de agosto de 2013.

1 Às nove horas do dia oito de agosto de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará,
2 na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro, **JOSÉ CARLOS**
3 **ARAÚJO**, presentes os Conselheiros, **ROSA HAGE**, **DANIEL LAVAREDA**, **MARA LÚCIA**,
4 **CEZAR COLARES** e **ANTÔNIO JOSÉ**; Ausência justificada do Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES**; bem como a presença da
5 Procuradora - Chefe do Ministério Público junto ao TCM-PA, **ELISABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio
6 Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29
7 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Sérgio Dantas em substituição ao Conselheiro Aloísio Chaves, nos
8 termos da Portaria nº 0994/2013. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou:
9 "havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspiral, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos
10 decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 035/13. Em
11 sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº**
12 **0620012004-00; Prefeitura Municipal de Redenção do Pará; Prestação de Contas - 2004; Responsável Mário**
13 **Aparecido Moreira; 5ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel**
14 **Lavareda; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 770012008-00;**
15 **Prefeitura Municipal de São Francisco do Pará; Prestação de Contas de Governo - 2008; Responsável Antônio Silas**
16 **Melo da Cunha; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado**
17 **no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
18 dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas de Governo, com
19 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
20 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de
21 parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de São Francisco do Pará a não aprovação das contas de Governo do
22 Executivo Municipal, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Antônio Silas Melo da Cunha. **Processo nº 770012008-**
23 **00; Prefeitura Municipal de São Francisco do Pará; Prestação de Contas de Gestão- 2008; Interessado Antônio Silas**
24 **Melo da Cunha; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no**
25 **DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
26 autos e manifestou-se pela não aprovação das contas de Gestão. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
27 Relator proferiu seu **VOTO**: "pela não aprovação da prestação de contas da Prefeitura Municipal de São Francisco do Pará, exercício de
28 2008, de responsabilidade do Sr. Antônio Silas Melo da Cunha, sem prejuízo do recolhimento, no prazo de 15 (quinze) dias, dos seguintes
29 valores e multas: I - Aos cofres municipais: 1.1 - R\$ 24.480,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e oitenta reais), a título de multa
30 equivalente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos anuais do ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela
31 remessa intempestiva dos relatórios de gestão fiscal dos dois semestre. 1.2 - R\$ 693.525,81 (seiscentos e noventa e três mil quinhentos e
32 vinte e cinco reais e oitenta e um centavos), referente a Conta "Agente Ordenador", em função da divergência entre o saldo inicial e final
33 apresentado pela PM e o demonstrado pelo TCM; II - Ao FUMREAP, de conformidade com o artigo 3º, III da Lei nº 7.368 de 29 de
34 dezembro de 2009. 2.1 - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-B, inciso IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela
35 remessa intempestiva da LDO, LOA, prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestres, relatórios resumidos de execução orçamentária e
36 pelo não envio do Balanço Geral; 2.2 - R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal,
37 pela ausência de processos licitatórios, no valor de R\$ 466.725,97 (quatrocentos e sessenta e seis mil setecentos e vinte e cinco reais e
38 noventa e sete centavos). Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual". **Em votação**: a Conselheira Rosa
39 Hage, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antônio José, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Auditor Sérgio
40 Dantas, acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao
41 FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de
42 contas da Prefeitura Municipal de São Francisco do Pará, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Antônio Silas Melo
43 da Cunha, com recolhimento, no prazo de 15 (quinze) dias, dos seguintes valores e multas: I - aos Cofres Municipais: 1.1
44 - R\$-24.480,00 (vinte e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais), a título de multa equivalente a 30% (trinta por cento)
45 dos vencimentos anuais do Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos
46 RGF's dos dois semestres. 1.2 - R\$-693.525,81 (seiscentos e noventa e três mil, quinhentos e vinte e cinco reais e oitenta
47 e um centavos), referente à conta "Agente Ordenador", em função da divergência entre o saldo inicial e final apresentado
48 pela PM e o demonstrado pelo TCM; sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.



49 **Por maioria:** ao FUMREAP, multas nos valores de: 2.1 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-B, inciso IV
50 do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da LDO, LOA, prestação de contas do 1º ao 3º
51 quadrimestres, relatórios resumidos de execução orçamentária e pelo não envio do Balanço Geral; 2.2 - R\$-10.000,00 (dez
52 mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pela ausência de processos licitatórios, no
53 valor de R\$-466.725,97 (quatrocentos e sessenta e seis mil setecentos e vinte e cinco reais e noventa e sete centavos).
54 Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 1110012009-00; Prefeitura**
55 **Municipal de Breu Branco; Prestação de Contas de Governo - 2009; Interessado Egon Kolling; 2º Controladoria;**
56 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.**
57 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
58 emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O
59 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
60 emissão de parecer prévio, recomendando à Câmara Municipal de Breu Branco a aprovação das contas de Governo da
61 Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Egon Kolling. Ausência, por ocasião de votação,
62 do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1110012009-00; Prefeitura Municipal de Breu Branco; Prestação de**
63 **Contas de Gestão - 2009; Interessado Egon Kolling; 2º Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator –**
64 **Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
65 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas de Gestão. A matéria
66 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
67 **unanimidade**, decidiu pela aprovação com ressalvas das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Breu Branco,
68 exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Egon Kolling, face a remessa intempestiva, com a expedição do Alvará
69 de Quitação pelas despesas ordenadas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. Às dez horas e
70 dez minutos, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 160012006-00; Prefeitura**
71 **Municipal de Bonito; Prestação de Contas - 2006; Interessado Jamil Assad Neto; 1º Controladoria; Procuradora Maria**
72 **Inez Gueiros; Relator – Auditor Sérgio Dantas; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo
73 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio
74 favorável a aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO:**
75 *"pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Bonito, exercício de 2006, devendo o*
76 *ordenador das despesas recolher as seguintes multas: Aos cofres Municipais: R\$-4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), pela remessa*
77 *fora do prazo do RGF do 2º semestre, com base na Lei Federal nº 10.028/2000, que representa 10% do rendimento anual do gestor;*
78 *Cópia dos autos devem ser encaminhadas ao Ministério Público Estadual. Ao FUMREAP (Lei nº 7.368/2009) R\$-4.000,00 (quatro mil reais),*
79 *com base no artº 120-B, III e IV do Regimento Interno do TCM, face a remessa extemporânea da LDO, PPA, Orçamento, 1º, 2º e 3º*
80 *quadrimestres e do Balanço Geral; R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no artº 120-A, II do RI/TCM, face a remessa incompleta dos*
81 *processos licitatórios e violação do artº 25, I da Lei Federal nº 8.666/93".* **Em votação:** a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro
82 Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, na íntegra. A
83 Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:**
84 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura
85 Municipal de Bonito, exercício de 2006, com o recolhimento das seguintes multas: aos Cofres Municipais: R\$-4.800,00
86 (quatro mil e oitocentos reais), pela remessa fora do prazo do RGF do 2º semestre, com base na Lei Federal nº
87 10.028/2000, que representa 10% do rendimento anual do Gestor, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos
88 ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP (Lei nº 7.368/2009), R\$-4.000,00 (quatro mil reais), com base
89 no artº 120-B, III e IV do Regimento Interno do TCM, face a remessa extemporânea da LDO, PPA, Orçamento, 1º, 2º e 3º
90 quadrimestres e do Balanço Geral; R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-A, II do RI/TCM, face a remessa
91 incompleta dos processos licitatórios e violação do art. 25, I da Lei Federal nº 8.666/93. Vencida a Conselheira Mara Lúcia,
92 quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo**
93 **nº 520012004-00; Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará; Prestação de contas - 2008; Interessado Dulcídio**
94 **Ferreira Pinheiro; 5º Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator – Auditor Sérgio Dantas; Publicado no DOE**
95 **nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
96 autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com remessa de cópia dos autos
97 ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela emissão de*



98 *Parecer Prévio recomendando ao Legislativo Municipal de Oeiras do Pará, a não aprovação das presentes contas da Prefeitura Municipal,*
99 *exercício de 2004, ordenadas pelo Sr. Dulcídio Ferreira Pinheiro, devendo o mesmo ser responsabilizado a recolher as seguintes multas:*
100 *Aos cofres municipais: R\$-6.300,00 (seis mil e trezentos reais), referente a 15% dos vencimentos anuais, conforme determina o art. 5º,*
101 *inciso I da Lei Federal nº 10.028/2000, face a remessa extemporânea dos RGF'S. Ao FUMREAP: R\$-3.000,00 (três mil reais), com base no*
102 *Artigo 120-B, III e IV do RI/TCM, face a remessa extemporânea das documentações quadrimestrais e dos REO's; R\$-5.000,00 (cinco mil*
103 *reais), com base no Artigo 120-A, II do RI/TCM, face o descumprimento do Artigo 212 da CF/88, art.7º da Lei do FUNDEF e Artigo 29-A,*
104 *I da CF/88, bem como pelo desvio de finalidade na aplicação de recursos do FUNDEF. Por fim, cópia dos autos devem ser encaminhados*
105 *ao Ministério Público Estadual". Em votação: o Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro Antônio José acompanharam o*
106 *Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia, acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência*
107 *proclamou a **Decisão:** O Plenário, à unanimidade, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando ao Legislativo*
108 *Municipal de Oeiras do Pará a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício de 2004, ordenadas pelo Sr.*
109 *Dulcídio Ferreira Pinheiro, com o recolhimento das seguintes multas: aos Cofres Municipais: R\$-6.300,00 (seis mil e*
110 *trezentos reais), referente a 15% dos vencimentos anuais do Ordenador, conforme determina o art. 5º, inciso I da Lei*
111 *Federal nº 10.028/2000, face a remessa extemporânea dos RGF'S, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos*
112 *ao Ministério Público Estadual. Por maioria: ao FUMREAP, aplicação de multa nos seguintes valores: R\$-3.000,00 (três mil*
113 *reais), com base no art. 120-B, III e IV do RI/TCM, face a remessa extemporânea das documentações quadrimestrais e*
114 *dos REO's; R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-A, II do RI/TCM, face o descumprimento do art. 212 da*
115 *CF/88, art. 7º da Lei do FUNDEF e art. 29-A, I da CF/88, bem como pelo desvio de finalidade na aplicação de recursos do*
116 *FUNDEF. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, da*
117 *Conselheira Rosa Hage, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 770022008-00;***
118 ***Câmara Municipal de São Francisco do Pará; Prestação de Contas - 2004; Interessado Francisco Nobre do***
119 ***Nascimento; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.453, de***
120 ***05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-*
121 *se favoravelmente a aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro Relator*
122 *proferiu seu **VOTO:** "pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas da Câmara Municipal de São Francisco do Pará, exercício*
123 *de 2008, de responsabilidade do Sr. Francisco Nobre do Nascimento, devendo ser expedido o devido alvará de quitação após o*
124 *recolhimento das seguintes multas: - I – Aos Cofres Municipais: – R\$-1.673,55 (mil seiscentos e setenta e três reais e cinquenta e cinco*
125 *centavos), a título de multa equivalente a 5% (trinta por cento) dos vencimentos anuais do ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei*
126 *nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos relatórios de gestão fiscal do 2º quadrimestre (43 dias). II – Ao Fundo de Modernização,*
127 *Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP, de conformidade com o artigo*
128 *3º, III da Lei nº 7.368 de 29 de dezembro de 2009: - multa de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), com base no art. 120-A, III do*
129 *Regimento Interno deste Tribunal em face da incorreta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais durante o*
130 *exercício financeiro de 2008". Em votação: o Conselheiro Antônio José e o Auditor Sérgio Dantas, acompanharam o Relator,*
131 *na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREP. A Presidência proclamou*
132 *a **Decisão:** O Plenário, à unanimidade, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas da Câmara*
133 *Municipal de São Francisco do Pará, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Francisco Nobre do Nascimento, com*
134 *recolhimento aos cofres municipais no valor de R\$-1.673,55 (hum mil, seiscentos e setenta e três reais e cinquenta e cinco*
135 *centavos), a título de multa, equivalente a 5% (trinta por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, com base no art.*
136 *5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos RGF's do 2º quadrimestre (43 dias). Por maioria: II – ao*
137 *FUMREAP, de conformidade com o artigo 3º, III da Lei nº 7.368 de 29 de dezembro de 2009: multa no valor de R\$*
138 *1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), com base no art. 120-A, III do Regimento Interno deste Tribunal, face da incorreta*
139 *apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais durante o exercício financeiro de 2008. Ausência,*
140 *por ocasião de votação, da Conselheira Rosa Hage, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo.*
141 ***Processo nº 1110022009-00; Câmara Municipal de Breu Branco; Prestação de Contas - 2009; Interessado Rochaél***
142 ***Onofre Meira; 2º Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE***
143 ***nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos*
144 *autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro Relator*
145 *proferiu seu **VOTO:** "pela aprovação, com ressalva, das contas da Câmara Municipal de Breu Branco, exercício financeiro de 2009, de*
146 *responsabilidade de Rochaél Onofre Meira, devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas,*
147 *condicionado o recolhimento de multa ao Fundo instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29.12.2009, do seguinte valor. - R\$ 6.500,00 (seis*
148 *mil e quinhentos reais), referente a manutenção do valor de R\$ 217.902,92 (duzentos e dezessete mil, novecentos e dois reais e noventa*



e dois centavos) existente em 31/12/2009 de saldo em caixa, contrariando norma legal, com fundamento do art. 120-A, II, do RI/TCM/PA'. **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antônio José e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação com ressalva das contas da Câmara Municipal de Breu Branco, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Rochael Onofre Meira, devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas, **por maioria:** condicionado o recolhimento de multa ao FUMREAP, do seguinte valor: - R\$-6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), referente a manutenção do valor de R\$ 217.902,92 (duzentos e dezessete mil, novecentos e dois reais e noventa e dois centavos) existente em 31/12/2009 de saldo em caixa, contrariando norma legal, com fundamento do art. 120-A, II, do RI/TCM/PA. Vencida a Conselheira Mara Lúcia, quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 773622008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de São Francisco do Pará; Prestação de Contas - 2008; Interessado Sarlena Sá de Melo; 5º Controladoria ; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, sem o prejuízo de remessa da cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de São Francisco do Pará, exercício de 2008, de responsabilidade da Sra. Sarlene Sá de Melo, que deverá recolher no prazo de 15 dias, os seguintes valores: Recolhimento ao erário municipal do valor de R\$ 48.045,44 (quarenta e oito mil e quarenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), devidamente atualizado, referente à "conta Agente Ordenador". E ao FUMREAP, de conformidade com o artigo 3º, III da Lei nº 7.368 de 29 de dezembro de 20095. - multa de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) pela remessa da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestres, fora do prazo legal, nos termos do art. 120-B, item IV, do RI/TCM. Cópia dos autos ao Ministério Público Estadual". **Em votação:** a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antônio José e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de São Francisco do Pará, exercício de 2008, de responsabilidade da Sra. Sarlene Sá de Melo, que deverá recolher no prazo de 15 dias, os seguintes valores: - ao Erário Municipal, R\$-48.045,44 (quarenta e oito mil, quarenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), devidamente atualizado, referente a conta "Agente Ordenador", sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, aplicação de multa no valor de R\$-1.000,00 (hum mil reais) pela remessa da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestres fora do prazo legal, nos termos do art. 120-B, item IV, do RI/TCM. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 773612008-00; Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Pará; Prestação de Contas - 2008; Interessada Marileide Nascimento; 5º Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Pará, exercício de 2008, de responsabilidade da Sra. Marileide Nascimento, que deverá recolher no prazo de 15 dias, os seguintes valores: - Recolhimento ao erário municipal do valor de R\$ 342.113,30 (trezentos e quarenta e dois mil cento e treze reais e trinta centavos), devidamente atualizado, referente à "conta agente ordenador". E ao Fundo de Modernização, Reparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - FUMREAP, de conformidade com o artigo 3º, III da Lei nº 7.368 de 29 de dezembro de 20095. - multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) pela remessa da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestres, fora do prazo legal, nos termos do art. 120-B, item IV, do RI/TCM. - multa de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com base no art. 120-A, item III do RI/TCM, não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes (R\$ 268.177,34), bem como a incorreta apropriação e recolhimento das obrigações patronais. Cópia dos autos ao Ministério Público Estadual". **Em votação:** a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antônio José e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Pará, exercício de 2008, de responsabilidade da Sra. Marileide Nascimento, que deverá recolher aos Cofres Municipais, no prazo de 15 dias, os seguintes valores: R\$-342.113,30 (trezentos e quarenta e dois mil, cento e treze reais e trinta centavos), devidamente atualizado, referente a conta "Agente



Ordenador”, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, aplicação das seguintes multas: R\$-1.000,00 (hum mil reais) pela remessa da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestres, fora do prazo legal, nos termos do art. 120-B, item IV, do RI/TCM; R\$-3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com base no art. 120-A, item III do RI/TCM, não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes (R\$-268.177,34), bem como a incorreta apropriação e recolhimento das obrigações patronais. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1114102009-00; Fundo de Ação Social de Breu Branco; Prestação de Contas – 2009; Interessado Hildeblando de Souza Azevedo; 2º Controladoria; Procuradora -Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo de Ação Social do Município de Breu Branco, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Hildeblano de Souza Azevedo, face a remessa intempestiva, com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1114092009-00; Fundo Municipal de Saúde de Breu Branco; Prestação de contas de 2009; Interessada Reginaldo Gomes Barroso; 2º Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Saúde de Breu Branco, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Reginaldo Gomes Barroso, face a remessa intempestiva, com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1114082009-00; FUNDEB de Breu Branco; Prestação de contas 2009; Responsável Oldeny Freitas Meira; 2º Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, do Município de Breu Branco, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Oldeny Freitas Meira, face a remessa intempestiva, com a expedição do Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1114282009-00; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Breu Branco; Prestação de Contas de 2009; Interessada Hildeblando de Souza Azevedo; 2º Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator – Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Breu Branco, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Hildeblando de Souza Azevedo, face a remessa intempestiva, com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 17: **Processo nº 970012005-00; Prefeitura Municipal de Pacajá; Recurso de Revisão Contra a Decisão da Resolução nº 9.696, de 04.02.10; Prestação de Contas de 2005; Responsável Edmir José da Silva; 4º Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento total do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento total do Recurso, com a modificação da decisão proferida na Resolução nº 9.696/TCM, recomendando a emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas da Prefeitura de Pacajá, exercício 2005, de responsabilidade de Edmir José da Silva. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 19: **Processo nº**



248 201218360-00; Câmara Municipal de São Miguel do Guamá Recurso de Reconsideração Contra a Decisão do
249 Acórdão nº 22.597, Prestação de Contas de 2002 ; Responsável Elisabeth Regina da Costa Gurrão; 4º Controladoria;
250 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José; **Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.**
251 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
252 conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
253 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial
254 do Recurso, com a modificação da decisão proferida no Acórdão nº 22.597, de 21.08.2012, para aprovar as contas, com
255 ressalvas, da Câmara Municipal de São Miguel do Guamá, exercício 2002, de responsabilidade de Elisabeth Regina da Costa
256 Gurrão, a quem deverá ser entregue o Alvará de Quitação no valor de R\$-523.517,40 (quinhentos e vinte e três mil,
257 quinhentos e dezessete reais e quarenta centavos), após o pagamento da multa de R\$-2.511,60 (dois mil, quinhentos e
258 onze reais e sessenta centavos), no prazo de 15 dias, pelo não envio do RGF. Ausência, por ocasião
259 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200909677-00; Fundo Municipal de Saúde de Capitão**
260 **Poço; Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão nº 18.235, Prestação de Contas de 2004; Interessado José**
261 **Raimundo Oliveira; 4º Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José;**
262 **Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
263 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em**
264 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
265 decidiu pelo provimento total do Recurso com a modificação da decisão para aprovar as contas do Fundo Municipal de
266 Saúde de Capitão Poço, exercício 2004, de responsabilidade de José Raimundo Oliveira, com a baixa da multa aplicada.
267 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201212516-00; Fundo Municipal**
268 **de Assistência Social de Placas; Recurso de Reconsideração contra a Decisão do Acórdão nº 20.909, Prestação de**
269 **Contas de 2006; Interessado Santo Pereira de Oliveira; 4º Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -**
270 **Conselheiro Antônio José; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
271 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Recurso. A
272 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
273 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento total do Recurso, no sentido de modificar a decisão
274 exarada por meio do Acórdão nº 20.909, de 22.03.2011, no sentido de excluir as multas aplicadas, ante a inexistência das
275 falhas correspondentes, e aprovar as contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Placas, exercício 2006, de
276 responsabilidade de Santo Pereira de Oliveira, a quem deve ser entregue o Alvará de Quitação no valor de R\$-473.224,08
277 (quatrocentos e setenta e três mil, duzentos e vinte e quatro reais e oito centavos). Ausência, por ocasião de votação, do
278 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201004186-00; FUMBEL e Fundação Nazaré de Comunicação;**
279 **Prestação de Contas do Convênio nº 019/2010; Responsável Arnaldo da Silva Pinheiro; 2º Controladoria; Procuradora**
280 **Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo
281 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a
282 aprovação das contas do Convênio. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
283 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº
284 019/2010-FUMBEL, firmado com a Fundação Nazaré de Comunicação, de responsabilidade de ARNALDO DA SILVA
285 PINHEIRO, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais). Ausência, por ocasião de
286 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201303174-00; FUMBEL e Fundação Nazaré de**
287 **Comunicação; Prestação de Contas do Convênio 027/2011; Responsável Arnaldo da Silva Pinheiro; 2º Controladoria;**
288 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.**
289 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
290 favoravelmente a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**.
291 A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº
292 027/2011, de responsabilidade de Arnaldo da Silva Pinheiro, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-
293 5.000,00 (cinco mil reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
294 **201119597-00; FUMBEL e Rotary Clube; Prestação de Contas dos Termo de Compromisso nº's 001, 0010 e**
295 **089/20011; Responsável Antônio Benedito Coimbra Sampaio; 2º Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator -**
296 **Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o



Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela aprovação das contas dos Termos de Compromisso nº 001, 010 e 089/2011-APOIO CULTURAL, de responsabilidade de ANTONIO BENEDITO COIMBRA SAMPAIO, devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$-19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais), correspondente aos Termos acima citados". **Em votação**: a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José, a Conselheira Mara Lúcia e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. O Conselheiro Daniel Lavareda não conheceu da matéria por se tratar de prestação de contas que envolve valores decorrentes da iniciativa privada, devendo nesse caso ser anexado à prestação de contas para a observância do art. 14 da LRF. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pela aprovação das contas dos Termos de Compromisso nº 001, 010 e 089/2011-APOIO CULTURAL, de responsabilidade de Antônio Benedito Coimbra Sampaio, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais). Vencido o Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201207804-00; FUMBEL e BV Financeira S/A - CFI; Prestação de Contas dos Termos de Compromisso nº 126/2011; Responsável Reginaldo Bezerra Ferreira; 2º Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela aprovação das contas apresentadas pelo patrocinado em face do Termo de Compromisso nº 126/2011, de responsabilidade de REGINALDO BEZERRA FERREIRA, devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) correspondente ao Termo acima citado". **Em votação**: a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José, a Conselheira Mara Lúcia e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. O Conselheiro Daniel Lavareda não conheceu da matéria por se tratar de prestação de contas que envolve valores decorrentes da iniciativa privada, devendo nesse caso ser anexado à prestação de contas para a observância do art. 14 da LRF. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pela aprovação das contas apresentadas pelo patrocinado face do Termo de Compromisso nº 126/2011, de responsabilidade de REGINALDO BEZERRA FERREIRA, com a expedição do competente Alvará de Quitação no valor de R\$-10.000,00 (dez mil reais). Vencido o Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201219028-00; Processo nº 201219028-00; FUMBEL e CESUPA; Prestação de Contas dos Termos de Compromisso nº 222/2012; Responsável Alberto Mello e Silva Giordano; 2º Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela aprovação das contas do Termo de Compromisso nº 222/2012-APOIO ESPORTIVO, de responsabilidade de ALBERTO MELLO E SILVAGIORDANO, devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor total de R\$20.000,00 (vinte mil reais) correspondente ao Termo acima citado". **Em votação**: a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José, a Conselheira Mara Lúcia e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. O Conselheiro Daniel Lavareda não conheceu da matéria por se tratar de prestação de contas que envolve valores decorrentes da iniciativa privada, devendo nesse caso ser anexado à prestação de contas para a observância do art. 14 da LRF. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pela aprovação das contas do Termo de Compromisso nº 222/2012-APOIO ESPORTIVO, de responsabilidade de Alberto Mello e Silva Giordano, com a expedição do Alvará de Quitação no valor total de R\$-20.000,00 (vinte mil reais). Vencido o Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201219035-00; FUMBEL e Moacir D. Silva, Raimundo D. Cohen, DIMAGEM e Antônio Abdelnor; Prestação de Contas dos Termos de Compromisso S/N 27/01, 224, 0280 e 286; Responsável Reinaldo Ribeiro da Costa; 2º Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela aprovação das contas dos Termos de Compromisso S/Nº de 27/01/2012, 224, 280 e 286/2011-APOIO ESPORTIVO, tendo como patrocinadores Moacir Dias da Silva, Raimundo David Cohen, DIMAGEM e Antonio Abdelnor, respectivamente, de responsabilidade de Reinaldo Ribeiro da Costa, devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor total de R\$19.658,78 (dezenove mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e setenta e oito centavos)". **Em votação**: a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José, a Conselheira Mara Lúcia e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. O Conselheiro Daniel Lavareda não conheceu da matéria por se tratar de prestação



de contas que envolve valores decorrentes da iniciativa privada, devendo nesse caso ser anexado à prestação de contas para a observância do art. 14 da LRF. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pela aprovação das contas dos Termos de Compromisso S/Nº de 27/01/2012, 224, 280 e 286/2011-APOIO ESPORTIVO, tendo como patrocinadores Moacir Dias da Silva, Raimundo David Cohen, Dimagem e Antonio Abdelnor, respectivamente, de responsabilidade de Reinaldo Ribeiro da Costa, com a expedição do Alvará de Quitação no valor total de R\$-19.658,78 (dezenove mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e setenta e oito centavos). Vencido o Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201219052-00; Fumbel e Água Cristal Empreendimento Imobiliários Ltda; Prestação de Contas dos Termo de Compromisso nº 071/2012; Responsável Chinzô Carvalho Machida; 2º Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a aprovação das contas. A matéria foi colocada em **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela aprovação das contas apresentadas pelo patrocinado, em face do Termo de Compromisso nº 071/2012-APOIO ESPORTIVO, de responsabilidade de Chinzô Carvalho Machida, devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$-20.000,00 (vinte mil reais) correspondente ao Termo acima citado". **Em votação**: a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José, a Conselheira Mara Lúcia e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. O Conselheiro Daniel Lavareda não conheceu da matéria por se tratar de prestação de contas que envolve valores decorrentes da iniciativa privada, devendo nesse caso ser anexado à prestação de contas para a observância do art. 14 da LRF. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pela aprovação das contas apresentadas pelo patrocinado, face o Termo de Compromisso nº 071/2012-APOIO ESPORTIVO, de responsabilidade de Chinzô Carvalho Machida, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-20.000,00 (vinte mil reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Às doze horas, o Conselheiro Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 16, 18, 29 e 30: **Processo nº 201211376-00; Prefeitura Municipal de Aurora do Pará; Recurso de Revisão Contra a Decisão da Resolução nº 9.359, de 12.03.09; Interessado José Antônio dos Santos Carvalho; 3º Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e pelo provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada em **discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo provimento parcial do Recurso de Revisão interposto com a alteração parcial da decisão anteriormente prolatada somente para reduzir o percentual da multa aplicada pela remessa intempestiva dos RGF's, para o percentual de 15% (quinze por cento). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 053002006-00; Câmara Municipal de Oriximiná; Recurso de Reconsideração Contra a Decisão do Acórdão nº 19.811, de 25.05.11; Responsável Edmir José da Silva; 4º Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.453, de 05.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada em **discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**: "provimento parcial ao Recurso de Reconsideração, alterando a decisão anterior prolatada nos termos do Acórdão n.º 19.811, de 25.05.10, para considerar regulares com ressalvas as contas prestadas por Antônio Odinelio Tavares da Silva, referente ao exercício financeiro de 2006, da Câmara Municipal de Oriximiná, dando-se baixa na multa recolhida de R\$ 1.000,00 (mil reais), pela não apropriação integral dos encargos patronais no exercício, mantendo-se, contudo, a multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pela falha apurada no indicado processo licitatório de locação de veículos, cujo recolhimento condiciona a expedição do competente Alvará de Quitação, no montante de R\$ 3.648.493,80 (três milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e três reais e oitenta centavos)". **Em votação**: a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Cezar Colares e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam a Relatora, na íntegra. O Conselheiro Daniel Lavareda acompanhou a Relatora, com a seguinte colocação: "acompanho a Relatora e justifico meu voto em virtude da qualidade de Relator do processo original e da minha ponderação no processo de relatoria do Auditor Sérgio Dantas naquele episódio da prestação de contas em Tomada de preço. Considerando que a Conselheira Mara Lúcia está fazendo uma separação dos transportes entre terrestre e marítimo cujo valor desses dois são inferiores a R\$-30.000,00 e, em obediência ao que foi decidido em Reunião Administrativa é que acompanho com essas ressalvas." A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, alterando a decisão anterior prolatada nos termos do Acórdão n.º 19.811, de 25.05.10, para considerar regulares, com ressalvas, as contas prestadas por Antônio Odinelio Tavares da Silva, referente ao exercício financeiro de 2006, da Câmara Municipal de Oriximiná, com a



397 baixa da multa já recolhida de R\$-1.000,00 (hum mil reais), pela não apropriação integral dos encargos patronais no
398 exercício, mantendo-se, contudo, a multa de R\$-2.000,00 (dois mil reais), pela falha apurada no indicado processo
399 licitatório de locação de veículos, cujo recolhimento condiciona a expedição do competente Alvará de Quitação, no
400 montante de R\$-3.648.493,80 (três milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e três reais e oitenta
401 centavos). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201308153-00;**
402 **Prefeitura Municipal de Paragominas; Subsídio 2013 Lei Municipal nº 801- A/2012; Interessado Paulo Pombo**
403 **Tocantins; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora – Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o
404 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi
405 colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO:** “pelo cadastramento da Lei n.º 801-A/2012, encaminhada
406 pela Prefeitura Municipal de Paragominas, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Presidente do
407 IPMP/SANEPAR e do Consultor Jurídico, para a legislatura 2013-2016, nos valores já referenciados, quanto à fixação de multa pela não
408 observância do prazo legal para encaminhamento do Ato a este Tribunal, nos termos do inciso IV, do art. 120-B, do RITCM-PA, aplico
409 multa em seu percentual mínimo, no importe de R\$ 3.001,00 (três mil e um reais), em desfavor do Ordenador responsável pelo envio, à
410 época de sua aprovação e sanção, a qual deverá ser imputada na competente prestação de contas do exercício de 2012, oportunizando-
411 se, desta forma, o contraditório e a ampla defesa, a quando da citação do mesmo, conforme previsto no art. 120-D, do RITCM-PA”. **Em**
412 **votação:** a Conselheira Rosa Hage acompanhou a Relatora, na íntegra. O Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro
413 Antônio José e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam a Relatora, com a exclusão da multa aplicada. A Presidência
414 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei nº 801-A/2012, encaminhada pela
415 Prefeitura Municipal de Paragominas, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Presidente do
416 IPMP/SANEPAR e do Consultor Jurídico, **por maioria**, sem a multa aplicada no voto da Relatora. Vencida a Conselheira
417 Mara Lúcia e a Conselheira Rosa Hage quanto a aplicação da multa. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro
418 Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201305985-00; Câmara Municipal de Benevides;**
419 **Subsídio 2013 Lei Municipal nº 005/2013 de 10.01.13; Interessado Fredson Santos de Oliveira; Procuradora Maria Regina**
420 **Cunha; Relatora – Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
421 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** A
422 Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO:** “pelo cadastramento da Lei Municipal nº 005/2013, encaminhada pela Câmara Municipal de
423 Benevides, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, para a legislatura 2013-2016, nos importes de R\$
424 20.000,00 (vinte mil reais); R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e R\$ 7.000,00 (sete mil reais), respectivamente. Quanto à fixação de multa
425 pela não observância do prazo legal para encaminhamento do Ato a este Tribunal, nos termos do inciso III, do art. 120-B, do RITCM-PA,
426 aplico multa, em seu percentual mínimo, de R\$ 2.001,00 (dois mil e um reais), em desfavor do então Presidente da Câmara Municipal,
427 Ordenador responsável pelo encaminhamento do Ato, no exercício de 2013, a qual deverá ser imputada na competente prestação de
428 contas do exercício, oportunizando-se, desta forma, o contraditório e a ampla defesa, a quando da citação do mesmo, conforme previsto
429 no art. 120-D, do RITCM-PA”. **Em votação:** a Conselheira Rosa Hage acompanhou a Relatora, na íntegra. O Conselheiro
430 Cezar Colares, o Conselheiro Antônio José e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam a Relatora, com a exclusão da multa
431 aplicada. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei Municipal
432 n.º 005/2013, encaminhada pela Câmara Municipal de Benevides, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e
433 Secretários Municipais, para a legislatura 2013-2016, nos importes de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); R\$ 15.000,00 (quinze
434 mil reais) e R\$ 7.000,00 (sete mil reais), respectivamente, **por maioria**, sem a multa aplicada no voto da Relatora.
435 Vencida a Conselheira Mara Lúcia e a Conselheira Rosa Hage, quanto a aplicação da multa. Ausência, por ocasião de
436 votação do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201305088-00; Câmara**
437 **Municipal de Capanema; Resolução nº 248/2013, de 22.03.13; Interessado Pedro Afonso K. Ribeiro Lopes; Procuradora**
438 **Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
439 posicionamento dos autos e manifestou-se contrariamente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em**
440 **discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
441 decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro
442 José Carlos Araújo. **Processo nº 201215634-00; Câmara Municipal de Oriximiná; Resolução nº 02/2012;**
443 **Interessado Pedro Andrade G. Neto; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo
444 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao
445 cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência
446 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação



447 do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201021831-00; Prefeitura**
448 **Municipal de Castanhal;** Contrato de Locação de Imóvel; Interessado Hélio Leite da Silva; Procuradora Maria Regina
449 Cunhas; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Retirado de Pauta. **Processo nº 201021832-00; Prefeitura**
450 **Municipal de Castanhal;** Contrato de Locação de Imóvel; Interessado Hélio Leite da Silva; Procuradora Maria Regina
451 Cunhas; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Retirado de Pauta. **Processo nº 201021835-00; Prefeitura**
452 **Municipal de Castanhal;** Contrato de locação de Imóvel; Interessado Hélio Leite da Silva; Procuradora Maria Inez
453 Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Retirado de Pauta. **Processo nº 201212381-00; Prefeitura**
454 **Municipal de Castanhal;** Contrato de locação de Imóvel; Interessado Hélio Leite da Silva; Procuradora Maria Inez
455 Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Retirado de Pauta. **Processo nº 201212394-00; Prefeitura**
456 **Municipal de Castanhal;** Contrato de locação de Imóvel; Interessado Hélio Leite da Silva; Procuradora Maria Inez
457 Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Retirado de Pauta. **Processo nº 201212399-00; Prefeitura**
458 **Municipal de Castanhal;** Contrato de locação de Imóvel; Interessado Hélio Leite da Silva; Procuradora Maria Inez
459 Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Retirado de Pauta. **Processo nº 201212403-00; Prefeitura**
460 **Municipal de Castanhal;** Contrato de locação de Imóvel; Interessado Hélio Leite da Silva; Procuradora Maria Inez
461 Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Retirado de Pauta. **Processo nº 201212406-00; Prefeitura**
462 **Municipal de Castanhal;** Contrato de locação de Imóvel; Interessado Hélio Leite da Silva; Procuradora Maria Inez
463 Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Retirado de Pauta. **Processo nº 201212414-00; Prefeitura**
464 **Municipal de Castanhal;** Contrato de locação de Imóvel; Interessado Hélio Leite da Silva; Procuradora Maria Inez
465 Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Retirado de Pauta. **Processo nº 201212416-00; Prefeitura**
466 **Municipal de Castanhal;** Contrato de locação de Imóvel; Interessado Hélio Leite da Silva; Procuradora Maria Inez
467 Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Retirado de Pauta. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.**
468 **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.** Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; 1) Processo nº 201220464-00; Instituto de
469 Previdência do Município de Tucumã; Aposentadoria de Sebastião Gonçalves de Almeida. 2) Processo nº 201220465-00;
470 Instituto de Previdência do Município de Tucumã; Aposentadoria de Geraldo de Lima e Silva. 3) Processo nº 201220467-
471 00; Instituto de Previdência do Município de Tucumã; Aposentadoria de Zenaide Neves do Nascimento. 4) Processo nº
472 201220468-00; Instituto de Previdência do Município de Tucumã; Aposentadoria de Júlia Maria dos Santos Silva. 5)
473 Processo nº 201220469-00; Instituto de Previdência do Município de Tucumã; Aposentadoria de Raimundo Ferreira de
474 Sousa. 6) Processo nº 201220470-00; Instituto de Previdência do Município de Tucumã; Aposentadoria de Idecy da Silva e
475 Silva. 7) Processo nº 201013457-00; Prefeitura Municipal de Rio Maria; Decretos que nomeiam Saura Duarte dos Santos
476 Pereira e outros, aprovados no Processo Seletivo nº 01/2010. Relatora - Conselheira Rosa Hage; 1) Processo nº
477 201210751-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de João Bosco da Silva Farias. 2)
478 Processo nº 201219045-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Maria Terezinha
479 Menezes da Silva. 3) Processo nº 201219678-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de
480 Miguel Nazareno dos Santos. 4) Processo nº 201219671-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba;
481 Aposentadoria de Joana dos Santos de Oliveira. 5) Processo nº 201219674-00; Instituto de Previdência do Município de
482 Abaetetuba; Aposentadoria de Hamilton Sena dos Santos. 6) Processo nº 201219676-00; Instituto de Previdência do
483 Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Iranildes Ferreira Vilhena. 7) Processo nº 201107494-00; Instituto de
484 Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua; Aposentadoria de Maria Celeste Maciel. 8) Processo
485 nº 201210746-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Pensão de Otaviano Gonçalves Cardoso e filhos. 9)
486 Processo nº 200900001-00 (IX vls); Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim; Decretos que nomeiam Alvevi de
487 Jesus Pereira de Souza e outros, aprovados no Concurso Público nº 01/2005. 10) Processo nº 201117622-00 (II vls);
488 Fundação Municipal de Assistência ao Estudante de Belém – FMAE; Processo de Licitação nº 125/2011/CPL/PMB/FMAE,
489 referente ao Pregão presencial, para registro de preços. Relator - Conselheiro José Carlos Araújo; 1) Processo nº
490 201206783-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Paragominas; Aposentadoria de Rita Zumba da Silva.
491 2) Processo nº 201300204-00; Instituto de Previdência do Município de Tucumã; Aposentadoria de Neraci Alves
492 Guimarães. 3) Processo nº 201300206-00; Instituto de Previdência do Município de Tucumã; Aposentadoria de Jacy
493 Oliveira Araújo. 4) Processo nº 201300207-00; Instituto de Previdência do Município de Tucumã; Aposentadoria de Regina
494 da Silva. 5) Processo nº 201300208-00; Instituto de Previdência do Município de Tucumã; Aposentadoria de José Bento de
495 Sousa. 6) Processo nº 201217287-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Altamira –



496 ALTAPREV; Pensão de Edmilson Gomes de Castro. 7) Processo nº 201217289-00; Instituto de Previdência Social dos
497 Servidores do Município de Altamira – ALTAPREV; Pensão de Zenilda Silva de Souza e filhos. 8) Processo nº 201300809-
498 00; Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Altamira – ALTAPREV; Pensão de Marcos Souza Santos.
499 Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; 1) Processo nº 201217522-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de
500 Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria de Calixto José Yaghi. 2) Processo nº 201217523-00; Instituto de Previdência dos
501 Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria de Marodi Araújo da Costa. 3) Processo nº 201217529-00;
502 Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria de Célia de Melo Corrêa. 4)
503 Processo nº 201217530-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria de
504 Jandira Barata Guimarães. 5) Processo nº 201217531-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá –
505 IPASEMAR; Aposentadoria de Elizabeth Lima dos Santos. 6) Processo nº 201204252-00; Instituto de Previdência dos
506 Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Pensão de Maria dos Santos da Silva e filho. 7) Processo nº 201205246-00;
507 Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Pensão de Salustiana Aires dos Santos. 8)
508 Processo nº 201204996-00; Prefeitura Municipal de Dom Eliseu; Decretos que nomeiam Elines Ferreira Dantas e outros,
509 aprovados no Concurso Público nº 001/2010. Relatora - Conselheira Mara Lúcia; 1) Processo nº 201214055-00; Instituto
510 de Previdência do Município de Monte Alegre; Aposentadoria de Francisco Castro de Oliveira. 2) Processo nº 201217959-
511 00; Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre; Aposentadoria de Lucimar Ferreira Gonçalves. 3) Processo nº
512 200911661-00 (V vls); Prefeitura Municipal de Baçarena; Decretos que nomeiam Débora Barreira da Silva e outros,
513 aprovados no Concurso Público nº 001/2005. 4) Processo nº 201217628-00 (XIII vls); Prefeitura Municipal de Óbidos;
514 Decretos que nomeiam Heliane Nunes Piza e outros, aprovados no Concurso Público nº 01/2011. Relator - Conselheiro
515 Antonio José Guimarães; 1) Processo nº 201114536-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Aposentadoria
516 de Maria de Fátima da Silva Viana. 2) Processo nº 201220174-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal;
517 Aposentadoria de Oneide Oscarina Leitão Argolo. 3) Processo nº 201207059-00; Instituto de Previdência e Assistência do
518 Município de Capanema; Aposentadoria de Amaral Félix da Silva. 4) Processo nº 201220500-00; Instituto de Previdência e
519 Assistência do Município de Capanema; Aposentadoria de Maria Raimunda Paula da Silva. 5) Processo nº 201118999-00;
520 Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Maria de Nazaré Massias
521 Nascimento. 6) Processo nº 201205086-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB;
522 Aposentadoria de Ivonete Silva Rodrigues. 7) Processo nº 201214956-00; Instituto de Previdência e Assistência do
523 Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Sérgio Magalhães Meireles. 8) Processo nº 201216932-00; Instituto de
524 Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Ione Maria Monteiro Santos. 9) Processo nº
525 201219647-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Luiz Gonzaga
526 Valente do Couto. 10) Processo nº 201300275-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB;
527 Aposentadoria de Raimunda Célia Nazaré do Couto. 11) Processo nº 201207064-00; Instituto de Previdência e Assistência
528 do Município de Capanema; Pensão de Jonas Santos Matos. 12) Processo nº 201201924-00; Instituto de Previdência e
529 Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Wanja Selma Marques Ribeiro Ferreira. 13) Processo nº
530 201208172-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Benedita Borges
531 Figueiredo. 13) Processo nº 201217385-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão
532 de Raimundo Edilson Puga Ferreira. 14) Processo nº 201217477-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de
533 Belém – IPAMB; Pensão de Raimunda de Sousa Sobral. 15) Processo nº 201217479-00; Instituto de Previdência e
534 Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Antônio Marques Ferreira e filha. 16) Processo nº 201217484-
535 00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Antônio Amoras Nascimento Pinheiro.
536 17) Processo nº 200818698-00 (II vls); Prefeitura Municipal de Alenquer; Decretos que nomeiam Jean Adaltino Andrade
537 Corrêa e outros, aprovados no Concurso Público nº 01/2006. 18) Processo nº 200909077-00 (XII vls); Fundação Para João
538 XXIII; Termos Aditivos aos Contratos temporários de Arlene Alves Ribeiro e outros. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e**
539 **MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** O Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra e convocou os Conselheiros para se
540 fazerem presentes na Reunião Administrativa que ocorrerá agora, no Gabinete da Presidência, após a Sessão Plenária. Em
541 seguida, deu ciência ao Plenário que participou de uma reunião em São Paulo, na última terça-feira, representando o
542 TCM/Pa, onde foi comemorado o aniversário do Instituto Rui Barbosa e nesse momento feita referência de que a criação
543 do Instituto se deu em Belém, inclusive seu Ato Constitutivo fora registrado em Cartório local, e por isso foi feita uma
544 homenagem ao TCM/Pa e ao TCE/Pa, com a entrega de um placa de reconhecimento pelos serviços prestados pelos



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

545 Tribunais ao referido Instituto. Após, a Presidência declarou **ENCERRADA** a presente Sessão, às doze horas e quarenta
546 minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
547 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em oito de agosto de dois mil e treze.
Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão